



EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: uma breve reflexão

Cássia Bruna Corrêa Pinheiro e Wilverson Rodrigo Silva de Melo

Este trabalho indaga a respeito dos efeitos obtidos a partir da Declaração de Salamanca (1994), na luta pela inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas, como uma forma de democratizar o ensino, pois segundo a Declaração de Salamanca (1994), os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Nesse sentido, é que este trabalho tem como objetivo refletir sobre algumas características que movem a modalidade de Educação Especial, além da busca pela ênfase do ângulo da agregação de pessoas com deficiências no ensino regular, pois sabemos que essa luta não é de agora. Para tal finalidade, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Embora possamos destacar o excelente trabalho das mais de mil unidades de APAE's (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) em todo o território brasileiro, juntamente com o apoio da família e do AEE (Atendimento Educacional Especializado), bem como o papel dos profissionais da saúde no processo de desenvolvimento e adaptação de crianças com necessidades educativas especiais, sabemos que ainda há bastante caminho a ser percorrido. Todavia, para que haja a real e esperada inclusão social e escolar, associada ao desenvolvimento e ensino-aprendizagem, é preciso que todos os governos e pessoas se empenhem em criar, fazer progredir e aperfeiçoar financeiramente os seus sistemas educacionais a fim de que, as crianças possam se sentir incluídas com suas limitações, em meio ao ambiente de socialização com as demais crianças. Conforme afirma Hargreaves (1998), em sua obra intitulada "*Os professores em tempo de mudança: o trabalho e a cultura do professor na idade pós-moderna*", nunca será demais estimular, de todas as formas, a participação de todos os que fazem a escola, juntamente com a família e a comunidade, como recurso de incentivo e apoio ao processo de inclusão. Partindo de tais premissas, inferimos que agregar uma pessoa especial em qualquer atividade, seja na escola ou em qualquer outro lugar, tem reflexo no processo de despojamento de (pré)conceitos, no aceite das diferenças e no respeito a diversidade. Dessa forma, ao se inserir mudanças no trabalho conjunto entre polidocentes e comunidade escolar com os alunos com necessidades especiais, garante-se assim espaços e também abraços, abrindo horizontes, possibilitando que todos possam, mesmo sendo diferentes, com limitações físicas e/ou intelectuais, usufruir de direitos sociais, políticos e também culturais.